

**“Vamos ganhar dinheiro à beça”:  
a política de Estado do governo Lula da Silva para  
a Educação Superior**

José Rodrigues\*

O empresariamento da educação, em particular da educação superior, não é propriamente uma novidade no cenário nacional<sup>1</sup>. Tampouco é desconhecido daqueles que acompanham as propostas, os discursos e a política educacional do governo Lula da Silva que, pelo menos desde julho de 2004<sup>2</sup>, é francamente favorável à conversão da educação em uma mercadoria, naquele processo que, em outro momento, denominei de *educação-mercadoria e mercadoria-educação*<sup>3</sup>.

De qualquer forma, não deixa de chamar à atenção a perspectiva do governo Lula da Silva - através da recente entrevista concedida ao jornal *O Globo* – explicitada por Jorge Almeida Guimarães<sup>4</sup>, presidente há seis anos da Capes<sup>5</sup>. No mínimo, o que se pode dizer da entrevista é que Guimarães, referendado pelo ministro Fernando Haddad e obviamente ambos garantidos pelo presidente Lula da Silva, traduz de maneira clara e direta a visão “pragmática” do governo brasileiro sobre a educação superior e o papel da ciência. Segundo o presidente da Capes, a (re)criação e expansão dos chamados mestrados profissionais é, doravante, uma “política de Estado”. Mas, qual seria a política de Estado traçada pelo governo Lula da Silva para a pós-graduação?

Embora a entrevista seja rica em contradições, destacamos apenas alguns pontos, o quais comentaremos sumariamente com o fito completar as lacunas do não-dito no discurso governamental.

Ao ser questionado, por Demétrio Weber, sobre as supostas diferenças entre o mestrado, dito “acadêmico”, e o mestrado apelidado “profissional”, Guimarães nos ensina:

---

\* Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense e pesquisador do CNPq. <jrodrig@vm.uff.br>.

<sup>1</sup> Ver Neves, L. (org.). *O empresariamento da educação: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990*. São Paulo: Xamã, 2002. Silva Jr., J. R.; Sguissard, V. *Novas faces da educação superior no Brasil: reforma do Estado e mudança na produção*. (2ª ed. rev.). São Paulo: Cortez, 2001

<sup>2</sup> Refiro-me explicitamente à publicação do decreto 5.154/04, o chamado decreto da reforma da educação profissional. Cf. Rodrigues, J. Ainda a educação politécnica: o novo decreto da educação profissional e a permanência da dualidade estrutural. *Trabalho, Educação e Saúde*. v.3, n.2, pp.259-282, 2005. Disponível em: <<http://www.revista.epsjv.fiocruz.br/include/mostrarpdf.cfm?Num=109>>

<sup>3</sup> Cf. Rodrigues, J. *Os empresários e a educação superior*. Campinas: Autores Associados, 2007.

<sup>4</sup> *O Globo*. Caderno Boa Chance, 21/06/2009, p.7. A entrevista foi conduzida pelo jornalista Demétrio Weber.

<sup>5</sup> Órgão do Ministério da Educação cuja atribuição fundamental é a elaboração e implementação da política de educação superior, inclusive atuando na avaliação da pós-graduação brasileira.

Até o momento são duas diferenças básicas: o perfil do candidato e o foco. O mestrado profissional tem um foco específico de resolução de problemas. O acadêmico, não: nesse caso, é preciso fazer levantamento de literatura a respeito, acompanhar o que está acontecendo no mundo etc. (Grifos meus, JR.)

Ora, na verdade, desde pelo menos o século 18, a produção sistematizada do conhecimento é voltada para a “resolução de problemas”, como sabe qualquer iniciante do mundo da ciência, seja ele pesquisador júnior de ensino médio, jovem graduando em iniciação científica, mestrando ou doutorando<sup>6</sup>. Imediata (pesquisa aplicada) ou mediata (pesquisa básica), os pesquisadores contemporâneos procuram respostas às perguntas postas pela humanidade para os problemas humanos.

Para construir tais respostas e evitarmos qualquer nova tentativa de (re)inventar a roda, toda pesquisa começa – obviamente - pelo “levantamento da literatura a respeito”. Ou seja, antes de começar a pesquisa, é preciso verificar ou “acompanhar o que está acontecendo no mundo” – é a etapa preliminar de qualquer investigação que se pretenda científica.

Contudo, como pôde ser verificado, pela leitura do trecho acima, da entrevista, para o presidente da Capes, esta etapa é um estorvo à formação de mestres “profissionais”. Talvez devamos concluir que - para Jorge Almeida Guimarães – os pesquisadores em formação nos programas de pós-graduação (cursos de mestrado e doutorado) não se preocupam em resolver problemas, ou melhor, talvez estejam apenas interessados em criar problemas... Talvez ele tenha razão. Pensar, de fato, cria muitos problemas.

Mas, a despeito de nossas interrogações, Guimarães explicita precisamente por que o governo Lula, através do ministério da Educação, resolveu “investir” nos chamados mestrados profissionais, transformando-os em alvo de uma “política de Estado”:

**Por que o governo tomou a decisão de investir nos mestrados profissionais?**

**GUIMARÃES:** Porque há uma demanda enorme. Este ano o ministro (Fernando Haddad) me chamou e disse: “Vamos transformar o mestrado profissional em política de Estado, fazer um modelo diferente.” Batemos o martelo: vamos transformar o mestrado profissional em modelo de indução. (Grifos nossos. JR.)

---

<sup>6</sup> Estas são as “categorias” estabelecidas e apoiadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico para a formação de pesquisadores. <<http://www.cnpq.br/bolsas/index.htm>>.

Como fica claro em outras passagens da entrevista, a “demanda enorme” provém das instituições de educação superior privadas, ou seja, aquelas cujo principal finalidade é, sem dúvida, o provimento do mercado com a educação-mercadoria.

Se há ainda alguma dúvida, cabe, então, transcrever o seguinte trecho, no qual o presidente da Capes responde a Demétrio Weber sobre o funcionamento do “novo modelo”:

O mestrado profissional passa a ser por edital, aberto a todas as áreas que se sintam atraídas. Hoje temos um aplicativo na internet, mas muita gente não fica sabendo. Com a chamada pública, pode ser que um hospital excelente em ortopedia, como este aqui do Distrito Federal (Sarah Kubitschek<sup>7</sup>), diga: “Nós temos cinco doutores nisso e temos dez dos melhores cirurgiões. Vamos montar um mestrado profissional, vamos ganhar dinheiro à beça.” Hoje precisa ser todo mundo doutor. (Grifos nossos. JR.)

“Vamos ganhar dinheiro à beça”. Esta é o lema proferido pelo presidente da Capes que deve nortear a criação e o funcionamento dos chamados mestrados profissionais, onde, para ele, revisão de literatura, pesquisa básica e doutores-pesquisadores são um verdadeiro estorvo.

Fechando a entrevista, Jorge Almeida Guimarães dá mais um passo na explicitação cínica, isto é, “pragmática”, do papel do conhecimento na sociedade capitalista, seja ele produzido ou não às expensas das verbas públicas:

O camarada passa um período numa empresa, como consultor. Ele está fazendo mestrado profissional e nem é empregado daquela empresa. Essa consultoria contará (pontos). A empresa vai dizer se valeu a pena. Contará pontos e até pode ser a própria defesa final (em vez de dissertação). Se for assunto de sigilo industrial, pode ser uma defesa sigilosa. Tem que ter um trabalho final, só que o trabalho não precisa ser a tese clássica. Pode ser uma patente, uma consultoria, um conjunto de artigos na imprensa. (Grifos nossos. JR.)

---

<sup>7</sup> O exemplo dado por Guimarães não é casual. Com efeito, provavelmente, a Associação das Pioneiras Sociais – entidade gestora da Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação – é a pioneira na privatização “branca” dos serviços públicos. Com efeito, em 1991, através da Lei 8.246, Collor de Melo (tendo a frente do Ministério da Saúde Alcení Guerra) cria um tipo de instituição (símile às entidades do chamado Sistema S – Senai, Senac, Senat, Sesi, Sesc e Sest) peculiar, hoje conhecida como OSCIP (organização da sociedade civil de interesse público), ou simplesmente OS. Peculiar por que é herdeira do patrimônio público, financiada pelo poder público mas administrado privadamente. Para aqueles que acompanham cotidianamente a política estadual do estado do Rio de Janeiro (governo Sérgio Cabral, PMDB), assim como da municipal carioca (prefeito Eduardo Paes, PMDB), as OS estão na “agenda” destes governos. Com efeito, ambos estão em um célere processo de privatização dos serviços públicos, precisamente através da entrega das redes públicas (educação, saúde, cultura) às chamadas OS. (Cf. Lei 8.246/91 <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8246.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8246.htm)> e o próprio site da Rede Sarah <<http://www.sarah.br/>>, acessos em 23/06/09).

Esta resposta põe claramente no lugar de mercadoria o conhecimento: o “sigilo industrial”. Ora, e para proteger o conhecimento produzido a partir de todo o acervo cultural humano, a “defesa sigilosa” e a patente. De fato, desde a revolução industrial inglesa, em meados do século 18, o conhecimento deixou de ser meramente contemplativo, compreensivo, para se converter em aplicação prática, tão-somente.

Faz mais de 150 anos, escreveram:

Essa subversão contínua da produção, esse abalo constante de todo o sistema social, essa agitação permanente e essa falta de segurança distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas, com o seu cortejo de concepções e idéias secularmente veneradas; as relações que a substituem tornam-se antiquadas antes de se consolidarem. Tudo o que era sólido e estável se desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado e os homens são obrigados finalmente a encarar sem ilusões a sua posição social e as suas relações com os outros homens. (Marx, K. & Engels, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Boitempo: 2002, p.43. Grifos nossos. JR.)

Talvez nos falte serenidade para encarar as manifestações públicas e desavergonhadas de apreço à mercantilização da educação, do conhecimento, da cultura, da saúde, da vida, enfim.

Mas, sem dúvida, não nos falta a certeza que tudo o que um dia foi sagrado, hoje, é contínua e francamente profanado e imolado no altar do Deus-Mercado.

Em outras, palavras,

A burguesia despojou de sua auréola todas as atividades até então reputadas como dignas e encaradas com piedoso respeito. Fez do médico, do jurista, do sacerdote, do poeta, do sábio seus servidores assalariados (Marx & Engels. *Op.cit.* p.42).

Efetivamente, devemos encarar serenamente que - sob o modo de produção capitalista - a ciência está subjugada à “lei do valor” e que, portanto, só pode existir no movimento contínuo, auto-expansivo, traduzido, por Marx, na fórmula ***D-M-D'***.

Ou seja, no capitalismo, a educação, o conhecimento, a saúde, a verdade são meras ***Mercadorias*** que só podem existir se entrarem no processo de valorização do ***Dinheiro*** inicialmente investido para, unicamente, convertê-lo em mais-***D'***inheiro.

Até que a noite se torne dia, qualquer ciência, educação, cultura ou modo de vida que pretenda confrontar as velhas práticas dominantes, só poderá existir como prática social evanescente: centelha.